

QUINZE ANOS DEPOIS

Comentários sobre o texto "Paraná - Economia e Sociedade"*

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira**

RESUMO

Nos últimos quinze anos, a estagnação econômica e a crise do Estado configuraram nova realidade para o Brasil. O artigo, partindo da releitura do texto "Paraná - Economia e Sociedade", pergunta-se sobre a validade de suas análises e principalmente sobre a pertinência de seu subjacente marco ideológico.

O projeto neoliberal, reforçado pela crise financeira e pela impotência do Estado no Brasil, preconiza a regulação da economia através de mecanismos de mercado. Entretanto, no artigo avalia-se que a liberação do comércio exterior e o processo de valorização do câmbio poderão resultar em quadro desfavorável para a economia nacional e principalmente para o Paraná. Assim, o marco ideológico do "Paraná - Economia e Sociedade" poderia voltar a ganhar adesão em futuro próximo.

Em inícios dos anos 80 tive a oportunidade de colaborar como consultor do "Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná", cujos resultados foram sistematizados no texto "Paraná - Economia e Sociedade", publicado pelo IPARDES em 1982.

Várias pesquisas do IPARDES, realizadas ao longo da década de 70, já apontavam as profundas transformações que vinham ocor-

***INSTITUTO PARANAENSE
DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL.
Paraná: economia e
sociedade. Curitiba :
IPARDES, 1982**

**** Doutor em Economia,
professor do Instituto de
Economia da Unicamp e
coordenador da Comissão
de Pesquisa do mesmo
Instituto.**

rendo na economia paranaense. O "Diagnóstico", contando com os resultados do Censo de 1980, pôde caracterizar com rigor a verdadeira revolução ocorrida na agricultura e no processo de industrialização do Estado. O objetivo que norteou o trabalho "Paraná-Economia e Sociedade" era mais ambicioso, pois, partindo do conjunto das informações e reflexões produzidas pelo IPARDES, buscava interpretar e analisar criticamente as transformações pelas quais passavam a economia e a sociedade do Paraná.

Como se recorda, ao longo dos anos 70 reinava no Brasil certo otimismo acrítico, dadas as realizações econômicas do regime militar. Vivia-se a década do "milagre" e, posteriormente, a industrialização do País avançava com o II PND. O rápido crescimento da economia alimentava os projetos tipo "Brasil potência" e a visão de que o País constituía uma "ilha de prosperidade" em meio às turbulências da economia mundial. Contraopondo-se a estas visões apologéticas, manifestavam-se difusamente no Paraná certas críticas que, ao apontar unilateralmente as mazelas sociais - emigração, expulsão de mão-de-obra do campo, concentração da propriedade fundiária, etc. - não percebiam o progresso material que ocorria e terminavam por minimizar as transformações.

A visão subjacente no "Paraná - Economia e Sociedade" afastava-se tanto da apologia como daquela postura crítica incapaz de apreender o dinamismo da economia do Estado. Assim, demonstrava-se como a partir da expansão cafeeira o Paraná passara a fazer parte do núcleo capitalista da economia nacional, e como as favoráveis condições locais - ausência de pesadas estruturas herdadas do escravismo, abundância de terras férteis, etc. - tornavam a agricultura local essencialmente dinâmica e diversificada.

Em seguida, o texto detinha-se na avaliação das transformações dos anos setenta, analisando a rápida modernização da agricultura com a difusão de novas tecnologias. Por outro lado, o dinamismo da agricultura servia de ponto de apoio para a rápida expansão dos setores industriais estreitamente vinculados ao setor primário, como fornecedores de insumos, máquinas e implementos, ou como processadores de produtos da agropecuária.

Em suma, analisavam-se as razões da diversificação da economia do Estado, seu rápido processo de industrialização e seu extraordinário dinamismo. Apesar do crescimento econômico do Brasil na década ter alcançado taxas altíssimas, a economia paranaense crescia a taxas ainda maiores. Assim, demonstrava-se que a inserção subordinada em âmbito nacional ou o caráter periférico do Paraná não implicavam estagnação ou tendências a baixo dinamismo.

Permeando toda a análise dos avanços da agricultura e da indústria locais era sempre destacada a importância das múltiplas intervenções do Estado tanto em nível federal como local e atenção especial era dada às ações da Codepar e posteriormente do Badep na construção da infra-estrutura econômica e no subsequente processo de industrialização do Paraná. Em outras palavras, no "Paraná - Economia e Sociedade" (PES) ficava claro que o comportamento favorável da economia não era resultado simplesmente do puro jogo do mercado, já que o planejamento, através de múltiplos instrumentos, sempre teve papel marcante.

Entretanto, o reconhecimento das conquistas econômicas não impedia a crítica, e no PES analisava-se como o progresso material pode ser acompanhado pela exclusão social. Se era inexorável que o processo de modernização da agricultura eliminasse pequenos proprietários e dispensasse trabalhadores rurais, não era inexorável o abandono desse excedente de mão-de-obra pelos poderes públicos. Assim, sem qualquer apoio ou atenção, centenas de milhares de agricultores abandonam o Estado e, apesar das baixas taxas de crescimento da população, a timidez das políticas sociais impediu que através delas fossem reduzidas as desigualdades e a exclusão social.

A conjugação, típica do Brasil de então, de espetaculares conquistas na área econômica com agudos problemas sociais, manifestava-se de forma exacerbada no Paraná. Num período em que o crescimento econômico e seus ganhos de produtividade poderiam permitir elevações de salários, a ausência de liberdade para os sindicatos e as políticas salariais limitavam as possibilidades de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. E as potencialmente favoráveis condições fiscais - dado o alto crescimento econômico - tampouco foram aproveitadas para enfrentar com maior eficácia os problemas sociais.

Neste ponto da resenha já fica claro o marco ideológico subjacente ao PES: reconhecia-se a necessidade e a efetividade da intervenção estatal e do planejamento, sem deixar de criticar a ausência de democracia que alimentava risíveis projetos tipo "Brasil potência". As políticas sociais eram criticadas por sua ineficácia ou timidez, e defendia-se o reaparelhamento do Estado para enfrentar a questão social. No texto, advogava-se a favor do planejamento democrático da economia e da ação institucional (políticas sociais do Estado, ação sindical) que permitisse a alteração da distribuição primária da renda.

E este era o marco ideológico que ganhava força no processo de redemocratização então em curso no País e que hoje, surpreendentemente, soa como proposta antiga e superada. A luta contra a privatização do Estado, pelo planejamento democrático e pela regu-

lação, cede lugar à defesa dos mecanismos de mercado como forma de regular a economia. A solidariedade implícita na defesa das políticas sociais é abandonada em nome da eficiência a qualquer preço, eficiência para competir, que se manifesta contraditória com a necessária tributação para o financiamento do estado de bem-estar. O projeto de um capitalismo organizado e mais justo socialmente é abandonado em nome do livre funcionamento dos mercados, que é apontado como passaporte para a modernidade, embora curiosamente apóie-se em velhas ideologias do século XIX, num darwinismo social rasteiro cujo lema seria ganhar eficiência ou perecer.

Estariam então definitivamente superados os marcos ideológicos que nortearam a ação política na redemocratização do País? Para responder a esta questão é necessário fazer referências a processos e fenômenos que somente se manifestaram com plenitude e clareza ao longo dos anos 80, e que portanto não poderiam ter sido tratados no PES.

Não caberia neste artigo reconstituir a trajetória da economia internacional e brasileira ao longo dos últimos quinze anos mas, de forma sumária, fazer algumas referências a certas tendências que afetam particularmente a economia do Paraná.

Em meados dos anos 70, a economia mundial capitalista ingressa num período de crise, de instabilidade financeira e cambial, de acirramento da concorrência em nível internacional. Entretanto, a partir de então gestava-se novo padrão tecnológico com a crescente aplicação da microeletrônica, movimento que passou a ser conhecido como "III Revolução Industrial".¹ A feroz concorrência entre as nações avançadas e a conformação de um novo padrão tecnológico condicionavam uma nova divisão internacional do trabalho, com a periferia já industrializada passando a especializar-se em setores industriais hoje tradicionais, enquanto os setores de ponta concentravam-se nos países avançados.

Enquanto nos "anos gloriosos" do pós-guerra o padrão americano de industrialização tendia a difundir-se em nível mundial abarcando Europa, Japão e posteriormente vários países da América Latina, hoje, ao contrário, opera a tendência à concentração dos investimentos nos setores dinâmicos do novo padrão nos países centrais. Enquanto no período anterior países como o Brasil, através da proteção e do planejamento econômico, deixaram de ser importadores e incorporavam os núcleos produtivos centrais do padrão americano de industrialização, hoje ficamos relegados à especialização nos setores atualmente tradicionais, já que não estão disponíveis as tecnologias do novo núcleo dinâmico. Como consequência, a economia nacional perderia os impulsos dos investi-

¹ "A aplicação (ou criação), através da microeletrônica, de uma base tecnológica comum a uma constelação de produtos e serviços, agrupou um conjunto de indústrias, setores e segmentos na forma de um "complexo eletrônico", densamente articulado pela convergência intrínseca da tecnologia da informação. A formação deste poderoso cluster de inovações capazes de penetrar amplamente todos os setores da economia configura a criação de um novo paradigma tecnológico." (COUTINHO, Luciano. *Revolução tecnológica e coordenação de políticas: a transformação da economia mundial capitalista e as questões em aberto para a década de 90*. Campinas: UNICAMP, 1992. (Textos CERI).

mentos em setores de ponta (pois seríamos importadores de bens que incorporam as novas tecnologias), e seu dinamismo dependeria da lenta evolução da demanda internacional por produtos tradicionais.

Por outro lado, enquanto nos anos setenta o crédito internacional fácil pôde financiar nossa expansão econômica, nos inícios dos anos 80 a crise da dívida latino-americana fechou as portas do mercado de crédito privado internacional para o Brasil. Enquanto países mais atrasados da Europa - como a Espanha - recebiam maciço apoio financeiro da Comunidade Européia em seus processos de integração, em sua longa crise o Brasil não contou com qualquer apoio financeiro expressivo dos países avançados.

Em meio a essas desfavoráveis circunstâncias internacionais, a condução da política econômica nacional agravava a situação do País. Como se recorda, frente às tendências de perda de dinamismo da economia ao final do ciclo do milagre, o governo responde com o II PND, que permitiu a sustentação do crescimento até fins dos anos 70, quando então a crise se manifesta com plenitude. A face mais vulnerável da economia brasileira era constituída por suas contas externas, abaladas pelo segundo choque do petróleo e pela elevação das taxas de juros internacionais. A política de juros internos altos e a desvalorização cambial tornavam vulneráveis as grandes empresas endividadas no exterior, e o governo, por mecanismos que não interessa aqui analisar, acelera o processo de transferência da dívida externa ao Estado.

A política de redução dos salários, elevação dos juros, desvalorização cambial e estatização da dívida externa por um lado preservava os interesses das grandes empresas, que aumentam suas exportações e suas margens de lucro no mercado interno. Por outro lado, esta política abalou profundamente as finanças públicas, pois as desvalorizações do câmbio tornavam mais oneroso o serviço da dívida externa para o governo. Como era o setor privado o grande exportador, o governo via-se obrigado a comprar divisas emitindo moeda, que posteriormente era recolhida através do lançamento de títulos a taxas de juros cada vez mais altas, alimentando o exponencial crescimento da dívida interna e a chamada ciranda financeira.

E desta maneira foi sendo delineado o cenário dos anos 80: impotência do Estado afogado pelas dívidas externa e interna, altas taxas de juros e inflação explosiva. As grandes empresas voltavam-se para a exportação e/ou acomodavam-se aos ganhos não operacionais propiciados pelos altos juros. A taxa global de investimento desaba e a economia do País mergulha no mais prolongado período de estagnação de sua história, alternando curtas fases de expansão, logo seguidas pela retração dos níveis de atividade e de emprego.

Não caberia aqui reconstituir as propostas de políticas da década, mas de forma sumária e esquemática é importante assinalar que, ao lado do modelo exportador de ajuste tentado pelo último governo militar, foi sendo gestada outra proposta alternativa. Avaliava-se que a questão central era constituída pela crise do padrão de financiamento derivada do esgotamento da oferta de crédito de longo prazo de origem oficial (dada a falência do Estado), do fechamento do mercado internacional de crédito privado ao País, e finalmente do perfil de atuação do sistema financeiro nacional, que jamais havia se adequado às necessidades de uma economia industrializada, já que não oferece linhas de crédito de longo prazo.

O crescimento sustentado somente retornaria com a oferta de crédito de longo prazo a juros adequados, o que exigiria profundas reformas tanto no setor público como no setor financeiro privado. Quando a administração Funaro começou a tomar certas iniciativas - lançamento de empréstimos compulsórios, elevação de alíquotas de impostos, criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), propostas de renegociações da dívida externa em outras bases, inclusive recorrendo à suspensão temporária do seu pagamento -, as grandes empresas e a grande imprensa moveram feroz campanha contra e logo esta política foi abandonada. É importante apontar a origem dos bloqueios, pois como afirma FIORI: "já faz parte do senso comum das elites intelectuais brasileiras atribuir essas resistências ao 'atraso', definido como sinônimo de setores produtivos protegidos e de baixa produtividade, e de regiões do país caracterizadas por suas arcaicas estruturas agrárias de produção e de poder, o território privilegiado das oligarquias e do clientelismo. Mas se na verdade esses interesses mesmo quando extremamente heterogêneos pesam na alocação de alguns gastos públicos, são os interesses modernos, ligados aos circuitos do comércio exterior e das finanças públicas e privadas, que mais resistem às iniciativas destinadas a romper a armadilha que mantém o longo prazo da economia prisioneiro em um 'círculo quadrado', virtuoso para os negócios e nefasto para a economia do país".²

Entretanto, o quadro de estagnação, num país continental como o Brasil, não se manifesta da maneira uniforme nos diferentes estados e regiões. Assim, a continuidade ou maturação de grandes projetos do II PND, as políticas de apoio a fontes alternativas de energia, as favoráveis políticas cambiais, as políticas de fomento estaduais ou regionais, vantagens locais, etc. permitiram que certos estados ou regiões apresentassem taxas de crescimento razoáveis, considerando as desfavoráveis condições da economia nacional.³

² FIORI, Jose Luís. *Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994.

³ Ver GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Desigualdades regionais e federalismo: exame do conjunto das regiões brasileiras*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994 e também PACHECO, Carlos Américo et al. *Dinâmica industrial e financeira na especialização das regiões*. Campinas: UNICAMP, 1994.

Não é objeto deste artigo analisar o comportamento da economia paranaense ao longo dos anos oitenta,⁴ mas apontar certas tendências operantes na década para então voltarmos a comentar o PES. Enquanto a economia brasileira crescia a 2,8% ao ano no período, a economia do Paraná expandia-se a 5,7%, taxas que, se são bastante inferiores às das dos anos 70, ainda assim impulsionaram certas transformações no Estado.

Entretanto, ao invés das vertiginosas mudanças dos anos 70, quando é revolucionada a base técnica da agricultura e o Estado passa rapidamente de região agrícola para industrial, o processo recente como que consolida as estruturas anteriormente implantadas. Ramos já implantados da agropecuária expandem-se e novas atividades são incorporadas, como a cana-de-açúcar e a produção de aves e ovos. Como não houve expansão da área cultivada, o aumento da produção deu-se por meio do aumento de produtividade, derivado da maior capitalização da agricultura. Nesse movimento, consolida-se o papel dos médios e grandes produtores capitalizados como agentes principais do setor, reduzindo assim a importância das atividades mercantis dos pequenos produtores tradicionais.

O processo de modernização da agricultura deslanchado nos anos 70 tem continuidade nos anos 80, agora impulsionado também pelo esgotamento da fronteira interna, pelo estreitamento das relações da agricultura com a indústria, pelos programas estaduais de eletrificação rural e de preservação do solo. Esse movimento resulta em maior padronização e diversificação dos produtos e maior especialização das unidades produtivas, já que 3/4 dos produtores são especializados e dessa especialização auferem 86% de seus rendimentos.

A agroindústria continuou a ser o eixo da economia paranaense, atingindo o valor da produção agrícola somado ao valor agregado pela indústria processadora cerca de 50% da renda estadual. E também a agroindústria do Estado incorporou novos ramos como o processamento de carnes, açúcar e álcool, além de adaptar seus produtos de acordo com as exigências da demanda. Por outro lado, no período, a agroindústria incorporou etapas produtivas com maior potencial de agregar valor, reduzindo assim as exportações de produtos *in natura*.

No setor industrial propriamente dito, implantam-se novos ramos como material elétrico e de comunicações, ao mesmo tempo que ganham peso na estrutura a mecânica, material de transporte, papel e papelão e química. Mas é no campo da indústria que fica nítido como a crise brasileira eventualmente afetou a economia paranaense. Se as condições nacionais tivessem sido de crescimento sustentado nos anos 80, provavelmente a industrialização do Estado já teria se

⁴ Sobre o comportamento da economia paranaense nos anos 80, ver MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Batista de. *O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.21, n.3, p.95-102, nov.1993; LEÃO, Igor Z. C. Carneiro. *Diagnóstico prospectivo: a agropecuária paranaense*. Curitiba: s.n., 1994. Versão preliminar; LEÃO, Igor Z. C. C. *Os anos 80 e o Paraná. Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES, v.13, n.7-8, p.17-20, jul./ago.1991; INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Economia paranaense: desempenho recente e cenários de curto prazo. Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES, v.13, n.4, abr.1991; INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Estrutura produtiva paranaense. Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES, v.13, n.3, p.2-4, mar.1991 e INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Paraná: desempenho macroeconômico*. Curitiba: IPARDES, 1993.

descolado definitivamente da agroindústria, dadas suas favoráveis condições à localização industrial.

Um campo que mereceria maior atenção dos pesquisadores é o do comércio exterior do Paraná.⁵ Apesar da decrescente participação dos produtos básicos na pauta de exportação (caem de cerca de 70% para 50% entre 1980 e 1992) e da crescente importância dos manufaturados (passam de 17% para 38% das exportações), apesar da modernidade do aparelho produtivo local e da favorável política cambial, parece que o Estado não consegue aumentar suas exportações. Assim, com oscilações pouco expressivas, as exportações do Paraná não apresentaram qualquer tendência ao crescimento, mantendo-se em torno de US\$ 2,1 bilhões entre 1980 e 1992, enquanto as exportações brasileiras evoluíram de US\$ 20,1 bilhões para US\$ 36,2 bilhões no período. Apesar do Paraná ainda manter o quarto posto entre os estados exportadores (atrás somente de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul), sua participação nas exportações brasileiras caem de 10,5% em 1980 para 5,83% em 1992.

Aparentemente esse fenômeno confirmaria o caráter pouco favorável da especialização internacional em setores hoje tradicionais, tal como já fizemos referência. A demanda desses produtos possui baixa elasticidade-renda e evolui lentamente no mercado internacional. Assim, uma economia cujos impulsos fossem dados pelas exportações de produtos tradicionais como os agrícolas ou agroindustriais, provavelmente padeceria de baixo dinamismo. Entretanto, a afirmação acima aplicada ao Paraná representa mera hipótese, já que necessitaria de maiores pesquisas para sua comprovação.

A questão do emprego permanece dramática no Paraná,⁶ pois na última década foram obrigadas a abandonar o Estado cerca de 800.000 pessoas. O móvel desse processo continua sendo a modernização da agricultura com sua conseqüente redução da mão-de-obra empregada. Esse processo, juntamente com a redução da fecundidade, explica o baixo crescimento demográfico do Paraná entre 1980 e 1991, quando evoluiu a 0,92% ao ano, taxa expressivamente inferior à brasileira.

Por outro lado, na última década a situação social do excedente de mão-de-obra eliminado da agricultura deve ter passado por deterioração sensível. Enquanto os migrantes da década de 70 puderam contar com o dinamismo do mercado de trabalho urbano, nos anos 80 a situação se inverte, dada a escassa oferta de postos de trabalho nas cidades, e os migrantes provavelmente passaram a inchar a parcela de brasileiros que se depositam nos centros urbanos em ocupações precárias, informais, de baixo rendimento.

⁵ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Paraná: comércio exterior exportações 1992
Curitiba : IPARDES, 1993

⁶ Sobre este ponto ver.
MAGALHÃES, Marisa Valle.
A migração no Paraná na
duas últimas décadas : um
balanço preliminar. *Análise
Conjuntural*, Curitiba :
IPARDES, v.14, n.11-12,
p.3-9, nov./dez.1992;
SOARES, Marley D.;
AZZOLINI, Renata N. Notas
sobre os resultados
preliminares do Censo de
1991. *Análise Conjuntural*,
Curitiba : IPARDES, v.14,
n.1-2, p.3-6, jan./fev.1992;
SOFFIATTI, Helena P.R.;
MARANHÃO, Eron J. Os
(des)ajustes do mercado de
trabalho urbano nos anos 90.
Análise Conjuntural,
Curitiba : IPARDES, v.14,
n.5-6, p.5-9, maio/jun.1992;
CIMINELLI, Rossana R.;
SILVA, Katia T.P. da. O
setor informal e a conjuntura
de crise dos anos 80, *Análise
Conjuntural*, Curitiba :
IPARDES, v.12, n.9-10,
p.2-5, set./out.1990.

Voltando ao PES, no tópicos sobre perspectivas, avaliava-se que os efeitos da crise brasileira seriam menos graves no Paraná em comparação com outros estados brasileiros, o que parece ter ocorrido. Coloca-se então a questão sobre as perspectivas para a década atual.

Numa abordagem genérica e abstrata, sem dúvida poderíamos olhar o futuro do Paraná com otimismo, dadas as condições locais favoráveis⁷ para o avanço da industrialização. No campo da infraestrutura o Estado diferencia-se com razoável malha de transportes, oferta adequada de energia elétrica e moderno setor de telecomunicações. Sua posição geográfica é extremamente favorável, particularmente com relação ao Mercosul e sua sociedade guarda certa homogeneidade. O aparelho estatal local possui níveis de eficiência superiores ao da maior parte dos estados brasileiros e, no campo da educação, que atualmente é estratégico para a qualificação de mão-de-obra para setores modernos, o governo estadual já vem desenvolvendo programas de melhoria da qualidade do ensino.

Por outro lado, além da Região Metropolitana de Curitiba, o Estado conta com rede de cidades de porte médio com infra-estrutura já implantada, que oferecem não somente boas condições para a localização de indústrias e serviços, como também condições de qualidade de vida sensivelmente superiores àquelas da maioria das cidades do Sudeste. Finalmente, o governo paranaense parece ter retomado as práticas de fomento e vem desenvolvendo múltiplos programas de apoio e estímulo ao desenvolvimento industrial.⁸

Entretanto, dado o estreitamento das relações entre a economia paranaense e a economia da Região Sul e brasileira, não se pode pensar o futuro do Estado sem nos determos sobre as condições do País como um todo, o que nos remete a rápida avaliação dos possíveis efeitos sobre o Paraná do plano atualmente em implantação pelo governo federal.

Uma dimensão do plano é particularmente relevante para a economia paranaense: a abertura comercial e a política cambial. A liberação das importações e a valorização cambial constituem peças centrais do projeto, mecanismos pelos quais busca-se por um lado conter a inflação, e por outro viabilizar o ingresso de capitais externos. Em outras palavras, como numa situação de superávit ou mesmo de equilíbrio da balança comercial o ingresso de capitais externos desajustaria as contas monetárias internas, o plano visa provocar um déficit no comércio externo do País, o que viabilizaria o fluxo de recursos estrangeiros.

Desta maneira, aproveitando a volta de favoráveis condições do mercado internacional de crédito e o reequacionamento da dívida

⁷ Ver MACEDO, Mariano de Matos. *Considerações relativas à formulação de uma política de desenvolvimento para o Paraná*. Curitiba : s.n., 1994.

⁸ Ver PARANÁ. *Governo do Estado. Programa de Industrialização do Paraná : PRÓ-PARANÁ*. Curitiba, 1994.

externa, o plano visa não somente combater a inflação, mas também recuperar as condições de financiamento da economia nacional, através da viabilização dos fluxos de créditos externos. Portanto, a política cambial não constitui simplesmente um expediente de curto prazo para conter a inflação, mas é elemento central do plano de ajuste, tal como mostra a trajetória da Argentina nos últimos anos. E assim não se deve esperar desvalorizações cambiais, pois mudanças nessa política impugnariam a totalidade do plano.

Ora, a valorização cambial pode levar a reduções da renda interna do Paraná e o importante segmento exportador do Estado pode vir a passar por dificuldades. Como justamente advertia Pedro Bandeira: "se a estabilização implicar em uma política cambial que reduza de forma significativa a competitividade das exportações brasileiras no mercado externo, como ocorreu no caso da Argentina, alguns segmentos exportadores da economia da região poderão ser gravemente afetados. A competitividade internacional de muitas empresas da região repousa em vantagens de custo relativamente frágeis, que podem ser bastante reduzidas, ou mesmo desaparecer, devido a uma política cambial adversa".⁹

Assim, a política de liberalização do comércio exterior que se avaliava como servindo de base a um "modelo exportador", na América Latina, como vem acompanhada pela valorização cambial, transfigura-se num "modelo importador", tal como ocorre com México e Argentina. E esse viés sem dúvida prejudicaria a economia paranaense, que possui alto coeficiente de exportações.

Não caberia aqui uma apreciação global do plano em curso no Brasil, visto que muitos de seus desdobramentos não são ainda conhecidos, mas se atentarmos para a história recente do México e Argentina, um ponto deve ser destacado. Sem nos aventurarmos na avaliação dos eventuais efeitos do rápido aumento das importações sobre o tecido produtivo e o emprego no Brasil, cabe chamar a atenção para o fato de que o processo de acirramento da concorrência externa no mercado nacional (dado o incremento das importações) seria acompanhado por política de juros relativamente altos (para atrair o financiamento externo), o que configuraria um ambiente pouco estimulante para os investimentos. Na formulação de BELLUZZO: "o aprofundamento da abertura comercial e a manutenção de taxas reais de juros exercem um efeito negativo sobre o custo de uso do capital existente, para não falar dos danos que podem causar às expectativas de longo prazo e, portanto, ao investimento".¹⁰

Essas sumárias considerações nos induzem a uma avaliação pouco favorável sobre o futuro próximo da economia paranaense, com seu setor exportador prejudicado pela valorização cambial, num

⁹ BANDEIRA, Pedro Silveira. *A evolução recente da economia da Região Sul. In: BALANÇO e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil.* São Paulo : IESP/FUNDAP, 1994.

¹⁰ BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. *Plano Real : o sucesso e as dúvidas.* Folha de S. Paulo, 20 out.1994.

quadro pouco propício à retomada dos investimentos. Voltando então ao PES, podemos concluir que a história recente não invalida o marco ideológico no qual o texto se movia.

Evidentemente não se trata de pregar a volta das velhas práticas do regime militar, a volta do protecionismo generalizado, assim como ninguém defende que a economia brasileira assuma tendências autárquicas. Mas a abertura comercial poderia ser diferenciada setorialmente e deveria vir acompanhada por política industrial democraticamente definida por representações de empresários e sindicatos. Não se trata de bloquear a entrada de capitais estrangeiros, mas uma reforma do sistema financeiro nacional poderia canalizar o fluxo de financiamento para os investimentos produtivos, processo no qual os recursos estrangeiros teriam papel complementar e não principal, o que protegeria o País da instabilidade do sistema financeiro internacional com suas voláteis taxas de juros. Não se trata de voltar ao planejamento autoritário, no qual o governo central definia unilateralmente as prioridades, mas da coordenação e planejamento estatais de corte democrático, com prioridade e políticas sendo definidas com ativa participação de governos estaduais e organismos regionais. Finalmente, é urgente que seja abandonada a postura eminentemente "comercialista"¹¹ com relação ao Mercosul, dando maior atenção à construção da infra-estrutura e à regulação de certos processos.

¹¹ MACEDO, Mariano de Matos. *Experiência de planejamento em contextos de integração econômica*. Campinas, 1994. Tese (Doutorado), UNICAMP.

RECEBIDO PARA PUBLICAÇÃO
EM SETEMBRO DE 1994